

Resenha

PUC GOIÁS. Mesa: **Violências** - DIA 18/04/2023 ÀS 19H (*live*). *YouTube*, 18 de abril de 2023. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=vX-j2vEs9WE> >. Acesso em: 10/06/2023.

João Victor Xavier Biggi
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

A *live* que ocorreu no dia 18 de abril de 2023 integrou uma sequência de mesas que pertenceu à Semana dos Povos Indígenas da PUC Goiás, tendo neste dia como a temática sobre violências sofridas por povos indígenas no Brasil, com uma banca sendo mediada pela Prof.^a Denize Bandeira (Jornalismo – PUC) e pela Prof.^a Poliene Bicalho (História - UEG) e composta pela Dr.^a Edel Moraes (UnB), por Antônio Eduardo de Oliveira (CIMI) e pela ativista indígena Kamutaja Silva Æwa (UFT).

A mesa abordou, então, sobre uma questão que deve ser debatida de maneira transparente e irrefutável que é a violência sofrida por tantos anos pelos povos indígenas que enfrentam atualmente ainda diversas perseguições, ameaças e perigos eminentes em suas próprias terras.

A fala é iniciada pela Dr.^a Edel Moraes que é Secretária Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, uma pasta do Ministério do Meio Ambiente, que ao se apresentar comenta sobre sua ancestralidade indígena e negra advinda do Arquipélago dos Marajós. Saúda também aos movimentos e as atuais representantes destes que estão à frente das lideranças indígenas no Ministério dos Povos Indígenas e no Congresso da “Bancada do Cocar”, Sônia Guajajara e Célia Xakriabá.

Com a temática da violência aos indígenas e ao meio ambiente, a primeira convidada da mesa centraliza suas falas na formação histórica de um país fundado com os princípios da colonização eurocêntrica e baseado no epistemicídio, onde os povos indígenas e os seus territórios sofrem desde a chegada dos europeus ao continente americano com uma sequência infundável de violências e homicídios sistemáticos, renegando-os de seus direitos.

A Dr.^a Edel Moraes enfatiza durante sua fala inteira que toda e qualquer violência que os indígenas são submetidos, o meio ambiente e os biomas naturais são juntamente subjugados também, tornando esta violência igual sobre estes mesmos corpos. O garimpo, a extração e a

exploração ilegais, a contaminação e a poluição de solos e nascentes são exemplos que configuram agressões igualmente danosas tanto aos povos originários, quanto ao meio ambiente.

No âmbito político, a questão indígena nos últimos anos sofre com um intenso esvaziamento segundo a Secretária, onde os projetos como o Marco Temporal e as não delimitações de terras, as usurpações territoriais e expulsões de nativos de seus territórios, e a negação de identidade e de políticas públicas se tornam ainda mais recorrentes e ganham mais força nos poderes públicos, aumentando a dívida histórica cada dia mais do Estado brasileiro para com os povos indígenas.

Finalizando sua fala, a Dr.^a Edel Moraes sinaliza o rompimento do atual governo com a antiga gestão, em que antes a perseguição era sistemática, e hoje a defesa e o resgate dos direitos indígenas são a nova norma, onde defendendo os povos originais, os biomas e o meio ambiente também estarão seguros. O novo governo procura, então, sanar as violações dos últimos anos, combater as violências sobre os corpos físicos e territoriais, contra o racismo em todos os âmbitos e as demais esferas, de modo que defender a causa indígena é também resguardar a existência humana no mundo.

A segunda palestrante que compõe a mesa e realiza sua fala é a indígena e ativista Kamutaja Silva ãwa, do povo conhecido popularmente como Avá-Canoeiro, a pedagoga formada pela UFT fala da origem de seu povo ãwa que passou e sobreviveu por diversos massacres até a chegada nos dias atuais, sendo um povo majoritariamente agricultor que enfrentou, em todas as chances, guerras para o não contato com os “brancos”.

Durante as mais diversas perseguições e em diferentes tempos, o grupo étnico se separa em dois grupos territoriais um em Tocantins e outro em Goiás, como explicado por Kamutaja ãwa, esta separação se ocorreu como estratégia após as inúmeras perseguições e atos de violência contra seu povo durante a ditadura militar brasileira.

As principais reivindicações do povo Avá-Canoeiro atualmente são territoriais, após sua expulsão de seu território ancestral e original, e Kamutaja explica o quanto a não posse territorial impacta no reconhecimento de uma etnia indígena, pois segundo ela um povo sem suas terras seria algo como um povo morto e sem o menor reconhecimento social.

A luta pela demarcação de terras corre na justiça no momento e apresenta impactantes dificuldades e atrasos judiciais para a recuperação e a demarcação das terras originais dos Avá-

Canoeiro, este processo, que já ocorre após um longo período, ainda apresenta problemas com percas judiciais para o grupo que agora tenta recorrer diante de uma diminuição de demarcação do território após as perícias antropológicas apresentadas.

A indígena encerra sua fala dizendo como estes processos históricos de perseguição e negação de direitos são desumanos, onde as violências e as invasões retiram dos povos originários suas terras e afetam diretamente suas condições cosmológicas e culturais com o território, coagindo e submetendo os indígenas a apresentarem provas de seu passado e de sua própria naturalidade. Para Kamutaja ãwa estas são as mais duras violências atuais sofridas pelos indígenas, quando um território indígena representa um local de extrema importância para um povo se manter e serem reconhecidos como cidadãos.

O último integrante a falar da mesa foi o Secretário Executivo do CIMI Antônio Eduardo de Oliveira, que começa sua fala pela menção da formação da sociedade brasileira que se baseou no abuso de trabalhadores e na violência contra os indígenas que tiveram desde a chegada dos europeus a escravidão, o genocídio e a exploração como formas de violências partindo de uma visão colonialista e etnocida.

Além destes pontos, o historiador comenta sobre o processo de mercantilização da vida e da natureza, bem como da desigualdade e do modo de produção neoliberal que os indígenas são cotidianamente submetidos, sendo que estas circunstâncias ameaçam e afetam diretamente a integridade física e espiritual indígena, abalando seus modos de vida, suas identidades étnicas, seu território, sua pluralidade e projetos político-sociais.

Seguindo na linha das ideologias que impactam as integridades indígenas, Antônio Eduardo de Oliveira destaca como a ação latifundiária, o agronegócio, as técnicas mercadológicas, a devastação da natureza são violências estruturais que afetam e atentam contra a concepção de vida indígena, vista como um obstáculo frente ao desenvolvimento e identificada como uma ameaça por alguns grupos.

Diante da temática territorial, o Secretário Executivo aborda a redução e militarização das terras indígenas pelo tempo, a invasão, os processos dificultosos para a concessão e os problemas que estes pontos podem acarretar, como a ocultação da identidade étnica e o desmatamento desenfreado apoiado pelo sistema público e benéfico para o mercado neoliberal, que preferem que vigorem modelos não indígenas de educação, de saúde e de economia.

Antônio Eduardo de Oliveira apresenta um relatório anual desenvolvido pelo CIMI que consta as violências sofridas e vividas pelos indígenas partindo desde violências físicas até violências patrimoniais, contando ainda com exclusão social e jurídica, assassinatos e perseguições constantemente denunciadas, como, por exemplo, a tentativa de genocídio do povo Yanomami que ocorreu sob a gestão do governo federal anterior, com isso realça a importância da manutenção da luta e da resistência mesmo com a presença de um Estado agressivo e com um forte discurso de ódio, como era antes com uma violência institucionalizada, sendo preciso culpabilizar seus responsáveis por seus atos criminosos.

Assim, conclui o Secretário do CIMI que não se é permitido retornar a uma política de ódio e de morte, sendo essencial manter uma política participativa que apoie e valorize o protagonismo, a dignidade, a cidadania, a soberania, a identidade, a cultura e o conhecimento indígena, bem como seu processo ancestral de formação.

Após as falas e as apresentações, a mesa foi aberta para comentários e perguntas das pessoas que participaram e acompanharam a transmissão da *live*, ocasionando questões sobre: os assassinatos sistemáticos e a perda da humanidade por parte da sociedade brasileira; as inquietações sobre as injustiças diante de crimes bárbaros; a questão territorial e cultural dos *Ãwa* e a utilização de escolas indígenas e do letramento racial para manutenção de costumes e ancestralidade em combate ao preconceito; o trabalho das instituições estatais em defesa dos indígenas e sua incapacidade frente ao seu desmonte; o papel da mídia como construtora de opinião pública e idealizadora de imaginários populares; e por fim a insensibilidade com a questão indígena e seus enfrentamentos, processos históricos, políticos e midiáticos diante de uma sociedade moldada pelo pensamento colonizador, racista, separatista e eugenista.

Destarte, esta mesa recebeu grande notoriedade não apenas por seu tema tão importante, relevante e atual a ser debatido, mas principalmente por suas e seus participantes que possuem um denso conteúdo e conhecimento a ser compartilhado e apresentados aos ouvintes, de maneira que as mais diversas temáticas foram relacionadas e se interpolaram ao decorrer do debate, permitindo maiores reflexões sobre os processos históricos, políticos e sociais dos indígenas na formação da nossa sociedade, assim como discorreu sobre as conexões e heranças dos povos nativos do Brasil com o território, sobre

suas formas de resistências, sobre as necessárias mudanças e reivindicações para avanço no campo de direitos e garantias aos indígenas e a fundamental manutenção do protagonismo, da voz e do discurso indígena sobrevivente após as inúmeras tentativas de genocídio e dizimação.

Os povos indígenas seguem, mesmo após incessantes tentativas de findar suas existências, resistindo e lutando por seus direitos e suas necessidades, reivindicando aquilo que os pertencem por lei e pela ancestralidade nesta terra, suas vozes ecoam e ecoarão ainda mais com a continuidade de sua persistência e relutância em abandonar suas identidades, seus hábitos, seus ascendentes, suas crenças e patrimônios, cabe então a sociedade se manter unida e vigilante a estes e aos seus, e permanecer lutando prontamente com as populações originárias e nativas desta localidade contra os consecutivos episódios de violências, invasão, perseguição, desassistência, tentativas brutais, crimes e genocídios contra os plurais povos indígenas do Brasil e seus sucessores.